

## Burguesia e seus governos, inflexíveis com os movimentos

Do MASSAS 419 11 de setembro

A dureza com que o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, enfrentou a greve dos cozeiros indica a que ponto chega a intransigência dos governos e da burguesia. Esses trabalhadores recebem um piso salarial de pouco mais de um salário mínimo. Estão expostos às doenças. São obrigados a executar uma pesada jornada de trabalho. O baixo salário e o custo de vida disparado forçaram os sepultadores a reivindicarem 39,79% de aumento no salário base, que é de R\$440,39. Com as gratificações, o salário chega a R\$630,00. Em junho, esses trabalhadores foram à greve e conseguiram que com as gratificações o salário atingisse esse valor. Em fins de agosto e início de setembro, tiveram de retornar à greve. Kassab fez uma campanha de ataque aos grevistas e obteve rapidinho na Justiça o julgamento da greve de “abusiva”. A multa imposta ao sindicato foi de R\$ 60 mil diários. O movimento assim foi suspenso à base da força. Kassab constituiu uma comissão para perseguir seletivamente os lutadores e prometeu demiti-los. Está aí o retrato da ditadura de classe da burguesia sobre os explorados.

O funcionalismo federal, estadual e municipal vem protagonizando greves em vários estados. A paralisação de 19 estados, no início de agosto, pela reivindicação da aplicação da lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) evidenciou o descontentamento generalizado do setor da educação. Os professores de Minas Gerais estão em greve há 100 dias, reivindicando o cumprimento do PSPN, que é de R\$ 1.187,00 para uma jornada de 40 horas. O estado paga a miséria de um salário base de R\$369,00 para uma jornada de 24 horas e o complementa, para alcançar o salário mínimo, com gratificações. Nesse momento, os grevistas exigem um termo de compromisso (TAC) assinado pelo governo de cumprimento das negociações para o retorno às aulas. Denunciam que as lideranças vêm sendo perseguidas pela polícia.

Os professores do estado do Ceará estão em greve, que já ultrapassa 30 dias. O movimento veio à tona em função da medida governamental de retirar conquistas do Plano de Carreira. Os grevistas exigem a aplicação da PSPN.

Os funcionários de cerca de 50 universidades federais de todo o Brasil estão em greve há quase três meses. Reivindicam reajuste salarial, combatem a avaliação de desempenho, rechaçam a privatização dos hospitais universitários e a reforma da previdência. O governo se mantém intransigente. Fez a proposta vergonhosa de reajuste de 4% e um projeto congelando os salários do funcionalismo por 10 anos. A greve enfrenta a medida repressiva de 50% trabalhando imposta pela Justiça.

A greve dos professores e técnicos administrativos da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte chegou aos 100 dias.

Além das longas greves que ainda resistem, os últimos meses do primeiro semestre foram marcados também por greves na educação básica em vários estados. No Rio de Janeiro, os funcionários administrativos e professores paralisaram por mais de 60 dias, pleiteando 26% de reajuste. No Rio Grande do Norte, foram 82 dias de greve contra a miséria salarial. No município de Fortaleza, os professores enfrentaram por dois meses a prefeita petista, exigindo o cumprimento do PSPN. Em Santa Catarina, o salário base de R\$ 609,46 por 40 horas semanais motivou a greve pelo PSPN. No Amapá, foram mais de 30 dias. No Mato Grosso, os professores pediam o cumprimento do PSPN. No Piauí, os 18 dias de greve mostraram a disposição do magistério de arrancar melhores salários. Nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), a paralisação atingiu 220 campi dos 403. O movimento eclodiu unindo professores e estudantes

não apenas pela reivindicação de 14,67% como também as melhorias de infra-estrutura escolar. É bom lembrar que os trabalhadores da saúde realizaram greves, manifestações e protestos em vários estados e na capital. Esse quadro de mobilização dos servidores públicos indica a deterioração das condições salariais e de trabalho. Os governos, em todas as esferas do Estado, vêm tomando medidas de contenção orçamentária em função da crise. Os partidos, do PSDB ao PT, que administram os negócios da burguesia descarregam as dificuldades econômicas do capitalismo sobre os assalariados. Os explorados se mostram dispostos à luta, ao ponto de sustentar longas greves. No entanto, o movimento fragmentado não reúne forças suficientes para quebrar a diretriz antitrabalhadora dos governos e da burguesia. Praticamente esteve colocada uma greve geral dos servidores, sem que houve uma direção para lhe dar expressão política e organizativa.

### **Romper a conciliação de classes**

A campanha salarial dos metalúrgicos do estado de São Paulo está morta. O golpe fatal foi dado pelo acordo do sindicato dos metalúrgicos do ABC com as montadoras. A burocracia teatralizou com algumas assembleias de fábrica e encerrou a campanha sem luta. Considerou uma vitória o reajuste salarial de 10%, sendo que 2,5% equivalem ao aumento real, para uma inflação estimada em 7,5%. A direção sindical não enterrou apenas a campanha desse ano, mas também a de 2012, uma vez que o acordo vale por dois anos.

Dois problemas: 1) o custo de vida é mais elevado do que da inflação média; 2) as montadoras receberam do governo Lula subsídios milionários e negociam a sua prorrogação com Dilma, sendo que o sindicato metalúrgico apoia o pleito das montadoras, que, segundo o governo, não querem atender contrapartidas de índices de nacionalização de peças. O que quer dizer que só aparentemente os operários das montadoras estão protegidos da inflação e as multinacionais, de fato, têm seus lucros garantidos. Falta ainda saber como será o acordo dos outros grupos metalúrgicos.

A diretriz de selar compromissos com o patronato por dois anos corresponde à política de colaboração de classes. A burocracia que se reorganizou com o fim da ditadura e militar e sob a “abertura democrática” vem desenvolvendo uma linha antioperária de conciliação cada vez mais ofensiva com a burguesia.

As condições econômicas favoráveis da última década, o atraso político-organizativo do proletariado que suportou 20 anos regime militar, a ascensão do PT e o caráter embrionário da construção do partido revolucionário permitiram à burguesia ampliar a exploração das massas e agigantar a acumulação de capital. Principalmente, sob o governo Lula, que assumiu a presidência em 2003, a economia brasileira teve um impulso, reduziu a brutal taxa de desemprego da época de Fernando Henrique Cardoso, incentivou a classe média ao consumo e ampliou o assistencialismo para milhões de famintos.

Sobre essa realidade econômica e social, edificou-se o poder sindical da burocracia pró-capitalista. Um de seus pilares é o do colaboracionismo com o capital imperialista, ou seja, com as multinacionais. Não por acaso, a burocracia do sindicato metalúrgico do ABC se projetou no interior do Estado como importante correia de transmissão da política governamental. Como fração burocrática pseudo-reformista, contribuiu para o fortalecimento da fração burocrática direitista encastelada na Força Sindical. As duas frações que controlam o movimento operário selaram uma aliança de apoio ao governo Lula/Dilma. Constituíram-se em canal de expressão da burguesia industrial. Assumiram como responsabilidade das Centrais e dos sindicatos viabilizarem os negócios da indústria como se fossem do interesse do proletariado. Enfiaram-se nas disputas

interburguesas em torno da política econômica do governo. E passaram a convencer a classe operária e os demais explorados que o capitalismo adentrou a uma fase em que a luta de classes tornou-se secundária e que a greve somente deve ser utilizada em último caso quando a conciliação entre capital e trabalho não for possível. Inventaram-se histórias de que são mais vantajosos os acordos sem luta do que aqueles sujeitos ao desencadeamento da greve. Fazem de tudo para que os operários se convençam de que a classe capitalista vem mudando sua conduta, tornando-se mais flexível e reconhecendo a representação sindical como interlocutora das necessidades dos assalariados. A classe capitalista não tem como mudar sua condição de exploradora e detentora da acumulação de capital. É a burocracia que se coloca a seu serviço para que a classe operária não se rebele.

Não por acaso, os sindicatos e as Centrais sofreram uma brutal burocratização e estatização. A democracia operária e a independência política diante da burguesia e seu Estado estão seriamente comprometidas, se não abolidas. Essa posição auxiliou enormemente a classe capitalista a obter alta lucratividade e dinamizar seus negócios às custas do empobrecimento relativo da classe operária e da manutenção da miséria absoluta de milhões de pessoas. Graças ao controle dos sindicatos pela casta pró-capitalista e a arregimentação das massas pelo PT, impôs-se o atraso na luta de classes.

O proletariado brasileiro é poderoso pelo seu volume e por ter uma camada concentrada em grandes indústrias. Ao mesmo tempo, é diferenciado nos ramos de produção e pela existência da pequena e média indústrias. A sua fortaleza depende da evolução política de conjunto. Para isso, é fundamental que seu contingente vinculado à grande indústria tome a frente do movimento em defesa das reivindicações e do programa revolucionário. Ocorre que parte significativa se encontra nas multinacionais e, particularmente, no ramo metalúrgico. A burocracia sindical exerce o forte controle desse contingente e o coloca sob a política de colaboração de classes. A burocracia dos sindicatos responsáveis por milhões de operários das pequenas e médias indústrias pode permanecer na mais profunda paralisia e conservadorismo. Em muitos casos, nem campanha salarial realiza, não convoca assembleias e os sindicatos sobrevivem do imposto sindical. Como se vê, o setor mais avançado do proletariado vem servindo de base social para a política de conciliação e os demais permanecem adormecidos.

No entanto, a burguesia teme que o poderoso proletariado se coloque em pé. O período de crescimento econômico já não pode ser sustentado. A crise mundial é de grande alcance. As forças produtivas estão em choque com as relações de produção. A classe capitalista iniciou um processo de fechamento de postos de trabalho em todo o mundo. O Brasil não terá como escapar da destruição de forças produtivas. A classe operária será golpeada. É sobre essa base que se colocará o rompimento dos explorados com a política de conciliação de classe. A vanguarda está chamada a combater pela independência da classe operária, empunhando as reivindicações transitórias e a estratégia da revolução proletária.